

# Anais da Assembléia

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, 31 DE AGOSTO DE 1973

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

### COMISSÕES PERMANENTES

#### 3.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

##### COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur  
1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima  
2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reihardt  
1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato  
2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)  
3.º SECRETÁRIO — David Federmann  
4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

##### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

###### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Costa  
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)  
Ivo Thomazoni — Ovidio Franzoni — Antonio Lopes Jr. — Erondy Silvério — Quielise Crisostomo — Igo Losso — Wilson Fortes — Paulo Camargo — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.).

###### SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Borsari Neto — Fuad Nacli — Xenofonte Villanueva — Francisco Escorsin — Fabiano Braga Côrtes — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Rita Celestino Soares  
REUNIÕES — As quartas-feiras

##### COMISSÃO DE ORÇAMENTO

###### TITULARES

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni  
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)  
Fuad Nacli — Fabiano Braga Côrtes — Borsari Neto — Erondy Silvério — Francisco Escorsin

###### SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — Antonio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Igo Losso — Antonio Costa — Antonio Belinati (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Elcy Silva Batista  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

##### COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

###### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Maciel  
VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)  
Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Arizone Araújo

###### SUPLENTE

Fuad Nacli — Borsari Neto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris M. Caldart (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Ney Rodrigues  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

##### COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

###### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Lopes Jr.  
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)  
Olavo Ferreira — Antonio Maciel — Rosário Pitelli

###### SUPLENTE

Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Maria Aparecida R. G. Amaral  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

##### COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

###### TITULARES

PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)  
VICE-PRESIDENTE — Gabriel Manoel  
Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.) — Alvaro Dias (M.D.B.)

###### SUPLENTE

Antonio Lopes Jr. — Ovidio Franzoni — Mauricio Fruet (M.D.B.) — Antonio Belinati (M.D.B.) — Nelson Buffara (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Agildes de Oliveira Martins  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

##### COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

###### TITULARES

PRESIDENTE — Arizone Araújo  
VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)  
Wilson Brandão — Xenofonte Villanueva — Ovidio Franzoni

##### SUPLENTE

Marciano Baraniuk — Antonio Costa — Basílio Zanusso — Aguinaldo P. Lima — Mauricio Fruet (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Elza Carneiro Camargo  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

##### COMISSÃO DE TURISMO

###### TITULARES

PRESIDENTE — Xenofonte Villanueva  
VICE-PRESIDENTE — Mauricio Fruet (M.D.B.)  
Paulo Poli — Marciano Baraniuk — Wilson Brandão

###### SUPLENTE

Lázaro Dumont — Francisco Escorsin — Borsari Neto — Wilson Fortes — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Maria Stella do Amaral Gurgel  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

##### COMISSÃO DE FINANÇAS

###### TITULARES

PRESIDENTE — Quielise Crisostomo  
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)  
João Fadel — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Francisco Escorsin — Gilberto Carvalho

###### SUPLENTE

Paulo Poli — Antonio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo P. Lima — Rosário Pitelli — Antonio Lopes Jr. — Sebastião R. Júnior (M.D.B.)  
REUNIÕES — As terças-feiras  
SECRETÁRIO — Terezinha Barbosa Moura e Claro

##### COMISSÃO DE POLÍCIA

###### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)  
VICE-PRESIDENTE — Arthur de Souza  
Antonio Costa — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara (M.D.B.)

###### SUPLENTE

Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Mauricio Fruet (M.D.B.) — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Lóris Cordeiro de Barros  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

##### COMISSÃO DE REDAÇÃO

###### TITULARES

PRESIDENTE — Gilberto Carvalho  
VICE-PRESIDENTE — Iris M. Caldart (M.D.B.)  
Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

###### SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antonio Lopes Jr. — Alvaro Dias (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Lélío Guimarães Sotto-Maior  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

##### COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

###### TITULARES

PRESIDENTE — Paulo Poli  
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)  
João Fadel — Arthur de Souza — Aguinaldo P. Lima

###### SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antonio Maciel — Quielise Crisostomo — Domício Scaramella (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — José Tavares Canto Filho  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

##### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

###### TITULARES

PRESIDENTE — Borsari Neto  
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)  
Aguinaldo P. Lima — Lázaro Dumont — Arthur de Souza

###### SUPLENTE

Antonio Maciel — Arizone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes — Domício Scaramella (M.D.B.)  
Divisão das Comissões, em 23 de março de 1973



## EDITAL DE CHAMAMENTO N.º 01-73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, atendendo ao disposto no Art. 330, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, faz saber a Humberto Graça Neto, ocupante do cargo de nível PL "26", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, que tendo sido verificado o seu não comparecimento ao serviço por trinta (30) dias consecutivos, fica pelo presente Edital de Chamamento, pelo prazo de dez (10) dias contados de sua primeira publicação, convidado a justificar devidamente o seu afastamento ou fazer prova de que o mesmo se funda em motivos de força maior ou coação ilegal sob pena de demissão por abandono de cargo nos termos do Art. 293, item V letra b, da já citada Lei.

E, para que não alegue ignorância é expedido o presente Edital de Chamamento que será publicado nos Diários da Assembléia e Oficial do Estado.

Gabinete da Diretoria Geral, em 31 de agosto de 1973

a) EROS RUPPEL ABDALA — Diretor Geral

3v. — 1a.

### 3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura Ata da 156.ª Sessão Ordinária Realizada em 31 de Agosto de 1973 — 6.ª-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Srs. Deputados Jorge Sato e Muggiati Filho.

As 10,00 horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Santos Lima, Jorge Sato, Muggiati Filho, David Federmann, Hélio Manfrinato, Aguinaldo Pereira Lima, Antônio Costa, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Emílio Carrazzi, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacii, Gabriel Manoel, Igo Losso, Iris Caldart, Ivo Rocha, Ivo Tomazoni, João Fadel, Leopoldo Jacomel, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruct, Marciano Baraniuk, Nelson Bufara, Olavo Ferreira, Ovidio Franzoni, Paulo Poli, Quíelise Crisóstomo (36); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Odilon Reinhardt, Alvaro Dias, Domicio Scaramella, Gilberto Carvalho, Lázaro Dumont, Paulo Camargo, Rosário Pitelli, Sebastião Rodrigues Júnior, Wilson Brandão, Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva (11).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte  
E X P E D I E N T E :

## REQUERIMENTOS:

## Requerimento

Senhor Presidente:

Os Deputados que ao final subscrevem, usando de suas atribuições e na forma regimental, contristados com o trágico desaparecimento do Senhor Sineval Figueiredo Fortes, vítima de acidente automobilístico, ocorrido ontem, próximo à cidade de Goianópolis, requer a inserção na Ata dos trabalhos de hoje, de um voto de profundo pesar pelo seu falecimento.

O Senhor Sineval Figueiredo Fortes, era tradicional comerciante e fazendeiro em Paranaíba e irmão do nosso colega Wilson Figueiredo Fortes, tendo o seu passamento causado geral consternação à sociedade local e a toda Região do Noroeste do Estado, pelo alto conceito que desfrutava.

Requer, ainda, que da manifestação da Casa, seja dada ciência à ilustre família enlutada, na cidade de Paranaíba, bem como ao nosso nobre colega Deputado Wilson Figueiredo Fortes, expressando-se-lhes as sentidas condolências desta Assembléia.

Sala das Sessões, em 31 de agosto de 1973.

(aa) Gabriel Manoel — Ivo Tomazoni — Francisco Escorsin

## Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, requer seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador Emílio Gomes, no sentido de que o mesmo determine providências para a construção de um Ginásio de alvenaria, no Distrito de Jesuítas, Município de Formosa do Oeste, face às precárias condições do já existente, que se encontra em completa ruína, oferecendo inclusive perigo de vida, para as crianças que lá estudam.

Requer, outrossim, que da decisão da Mesa seja dada ciência à direção do mesmo.

Sala das Sessões, em 30 de agosto de 1973.

(a) Hélio Manfrinato

## Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, à Mesa após ouvido o Plenário, seja encaminhado com urgência ao Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado, veementemente apelo no sentido de se proceder a sinalização da pista de rolamento, no trecho compreendido entre os Municípios de Maringá, Cianorte e Umuarama BR-86, pois nas condições em que se encontra a referida estrada, tem suscitado a maioria dos desastres no citado trecho.

Sala das Sessões, em 30 de agosto de 1973.

(a) Hélio Manfrinato

## Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que abaixo subscreve, usando de suas atribuições parlamentares, requer, após consultado e aprovado pelo douto Plenário desta Casa de Leis, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Ministro da Agricultura, Moura Cavalcanti, sugerindo, em nome do povo paranaense que aqui representamos, sejam estudadas medidas visando sustar a exportação de

carne bovina para que o mercado interno possa ser melhor suprido do importante produto.

É evidente que os frigoríficos estão preferindo comercializar o produto junto ao mercado externo, onde alcançam preços mais vantajosos. Com isto, o povo brasileiro é fatalmente prejudicado, sendo grande vítima dos boicotes perpetuados, especialmente pelos maiores comerciantes da carne verde. Este fato prejudica inclusive a política econômica do próprio Governo Federal, cujos dirigentes estão empenhados em reduzir a taxa inflacionária para 12 por cento.

A atual crise no mercado está exigindo também que o Excelentíssimo Senhor Ministro da Agricultura determine à SUNAB uma ação rigorosa com o objetivo de impedir a alta exagerada nos preços do produto, o que ocorre atualmente em todo o Estado do Paraná. Aqui a carne bovina sofreu nos últimos meses elevação nos preços que chegam a atingir índices que variam entre 60 a 80 por cento. O preço em si já é o maior racionamento, porquanto a grande maioria dos trabalhadores paranaenses está impedida de se alimentar com tão precioso produto, em consequência de seus altos custos.

A interferência do titular do Ministério da Agricultura para coibir os abusos virá de encontro ao desejo de mais de 7 milhões de paranaenses.

Palácio 19 de Dezembro, 31-8-1973.

(a) Antônio Belinati

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A imprensa brasileira tem divulgado o racionamento da carne bovina em nosso País. Mas para o Paraná o racionamento começa no próprio preço da carne. O preço está distanciando o consumidor dos açougues e das casas especializadas. Segundo estudos que procedemos, a carne bovina sofreu no Paraná um aumento que varia, contrastando com a política federal que anuncia a redução da taxa de inflação para 12%. Mas, nós vemos para contraste desta política econômica-financeira, que aqui, no único produto, a carne bovina, houve um aumento de 60 a 80% no preço do produto. O preço é portanto o maior racionamento; porque o trabalhador não tendo condições mais de pagar de 12 a 15 cruzeiros o quilo da carne, automaticamente o produto está racionado para este trabalhador, que não vai comprá-la porque o seu ordenado é irrisório, insignificante; o padrão de vida do trabalhador é dos mais modestos, impedindo que este trabalhador possa ter a alegria de passar no açougue e levar um quilo de carne para casa. É uma alta vergonhosa, exagerada, absurda; um único produto, a carne bovina, sofrer esta alta de mais de 60%. E numa outra divulgação que ouvimos, dizia o anúncio oficial que existe no Brasil, 100 milhões de bois; ou seja, um boi para cada brasileiro. Entretanto, estamos vendo a política gananciosa dos grandes frigoríficos que estão dando preferência para a exportação da carne brasileira; lá no exterior eles haverão de conseguir um preço mais alto. Consequentemente, eles não tem interesse de vender a carne bovina aqui para o mercado interno, para o consumo do próprio brasileiro.

Assim é que estamos submetendo aos Srs. Deputados um Requerimento dirigido ao Sr. Ministro da Agricultura, Moura Cavalcanti, sugerindo, em nome do povo paranaense que aqui representamos, sejam estudadas medidas visando sustar a exportação de carne bovina para que o mercado interno possa ser o melhor suprido do importante produto.

É evidente que os frigoríficos estão preferindo comercializar o produto junto ao mercado externo, onde alcançam preços mais vantajosos. Com isto o povo brasileiro é fatalmente prejudicado, sendo grande vítima dos boicotes perpetuados especialmente pelos maiores comerciantes da carne verde. Este fato prejudica inclusive a política econômica do próprio Governo Federal, cujos dirigentes estão empenhados em reduzir a taxa inflacionária para 12 por cento.

A atual crise no mercado está exigindo também que o Excelentíssimo Senhor Ministro da Agricultura determine à SUNAB uma ação rigorosa com o objetivo de impedir a alta exagerada nos preços do produto, o que ocorre atualmente em todo o Estado do Paraná. Aqui a carne bovina sofreu nos últimos meses elevação nos preços que chegam a atingir índices que variam entre 60 a 80 por cento. O preço em si já é maior racionamento, portanto a grande maioria dos trabalhadores paranaenses está impedida de se alimentar com tão precioso produto, em consequência de seus altos custos.

A interferência do titular do Ministério da Agricultura para coibir os abusos virá de encontro ao desejo de mais de 7 milhões de paranaenses.

Estranhamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados que o Governo Federal tenha em Curitiba um órgão especializado, SUNAB, cuja razão de existir é o de controlar os preços, de impedir um alta no preço da alimentação do povo paranaense.

No entanto até parece que a SUNAB existe apenas na sigla, no papel e na folha de pagamento daqueles que são remunerados para dar tranquilidade econômica ao nosso povo.

Queremos enfatizar nosso desejo de que a SUNAB possa mostrar realmente sua finalidade...

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência informa que o nobre orador só dispõe de um minuto para terminar sua oração.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — ... que a SUNAB não fique apenas no papel mais saia às ruas controlando e impedindo que aqueles que detêm o monopólio da alimentação do povo continuem a explorar os trabalhadores do Paraná. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

## ORDEM DO DIA.

com a presença de 36 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 17-73, que aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná — Secretaria de Segurança Pública, com os Municípios de Imbituva, São Jorge, Altônia, Adrianópolis, Rondon, Barracão, Indionópolis, Cianorte e Sertãozinho, objetivando fornecimento de equipamentos às Delegacias de Polícia locais. — Aprovado.



**RESOLUÇÃO**

Redação Final do Projeto N.º 17-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**R E S O L V E:**

Art. 1.º — Ficam aprovados os termos dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios de Segurança Pública, com os Municípios de Imbituva, São Jorge, Altônia, Adrianópolis, Rondon, Barracão, Indianópolis, Cianorte e Sertãozinho, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos orçamentos dos respectivos Municípios.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22-8-73

Gilberto Carvalho — Presidente

Iris Caldart — Relator

Antônio Lopes Júnior

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução n.º 18-73, que aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e os Municípios de Marilena, Lobato, Cidade Gaúcha, Alvorada do Sul e Marechal Cândido Rondon, objetivando fornecimento de equipamento às Delegacias de Polícia locais, mediante dotações e verbas que especifica. — **Aprovado**

**RESOLUÇÃO**

Redação Final do Projeto N.º 18-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**R E S O L V E:**

Art. 1.º — Ficam aprovados os Convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública, e os Municípios de Marilena, em 4 de dezembro de 1972, de Lobato, em 20 de dezembro de 1972, de Cidade Gaúcha, em 27 de dezembro de 1972, de Alvorada do Sul, em 8 de janeiro de 1973 e de Marechal Cândido Rondon, em 29 de novembro de 1972, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos orçamentos dos respectivos Municípios.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22-8-73

Gilberto Carvalho — Presidente

Iris Caldart — Relator

Antônio Lopes Júnior

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução n.º 24-73, que aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e os Municípios de Paraíso do Norte e Jussara, objetivando a implantação do Complexo de Radiocomunicação de Fonia e Telegrafia nos referidos municípios. — **Aprovado**

**RESOLUÇÃO**

Redação Final do Projeto N.º 24-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**R E S O L V E:**

Art. 1.º — Ficam ratificados os termos dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios de Segurança Pública, e os Municípios de Paraíso do Norte e Jussara, objetivando a implantação de complexos de radiodifusão de fonia e telegrafia nos referidos Municípios.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22-8-73

Gilberto Carvalho — Presidente

Iris Caldart — Relator

Antônio Lopes Júnior

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução n.º 31-73, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e o Município de Telêmaco Borba, objetivando a construção do prédio da Delegacia de Polícia da sede do referido município. — **Aprovado**

**RESOLUÇÃO**

Redação Final do Projeto N.º 31-73

Art. 1.º — Fica aprovado o termo do Convênio celebrado em 23 de outubro de 1972, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e o Município de Telêmaco Borba, objetivando a construção do prédio da Delegacia de Polícia da sede do referido Município.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22-8-73

Gilberto Carvalho — Presidente

Iris Caldart — Relator

Antônio Lopes Júnior

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução n.º 32-73, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e a Prefeitura Municipal de Xambê, com a finalidade de fornecer equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção dos mesmos. — **Aprovado**

**RESOLUÇÃO**

Redação Final do Projeto N.º 32-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**R E S O L V E:**

Art. 1.º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 23 de fevereiro de 1973, entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e a Prefeitura Municipal de Xambê, com a finalidade de fornecer equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22-8-73

Gilberto Carvalho — Presidente

Iris Caldart — Relator

Antônio Lopes Júnior

**Redação Final** — do Projeto de Lei n.º 26-70, que veda as Companhias de Economia Mista, das quais o Governo do Estado participe como acionista majoritário incluir em seus estatutos dispositivos prevendo participação de seus Diretores, nos lucros que por ventura venha a produzir. **Aprovado**

Redação Final do Projeto n.º 26-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1.º É vedado às Companhias de Economia Mista, das quais o Governo do Estado participe como acionista majoritário, quer diretamente quer através de seus órgãos, fundações autarquias ou outras sociedades de economia mista, incluir em seus estatutos dispositivos prevendo a participação de seus diretores a qualquer título nos lucros que porventura produzirem.

9 Art. 2.º Os proventos totais pagos a qualquer título a diretores de Sociedade de Economia Mista que poderão ser superiores, em nenhuma hipótese aos que forem atribuídos aos Secretários de Estado.

Art. 3.º As Companhias de Economia Mista de cujos estatutos constarem dispositivos prevendo a participação de seus diretores nos lucros que eventualmente produzirem, deverão alterar seus estatutos, excluindo os dispositivos sobre a participação de diretores em seus lucros, dentro do prazo de 90 (noventa) dias contados da data da publicação da presente lei.

Parágrafo único. As disposições acima aplicam-se por igual as Companhias de Economia Mista de natureza municipal, que tenham o Município como seu maior acionista.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22.8.73.

as. ilegível — Presidente

**Redação Final** — do Projeto de Lei n.º 195-71, que autoriza o Poder Executivo, criar na sede do Município de São Pedro do Paraná uma Escola Normal de grau Secundário para funcionar no próximo ano letivo. **Aprovado...**

Redação Final do Projeto n.º 195-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a criar na sede do Município de São Pedro do Paraná, uma Escola Normal e de Grau Secundário, para funcionar no próximo ano letivo.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em

as. ilegível — Presidente

as. ilegível — Relator

**Redação Final** — do Projeto de Lei n.º 108-72, que autoriza o Poder Executivo através da Secretaria de Educação e Cultura, criar na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade Estadual de Maringá, um Curso de Jornalismo. — **Aprovado**

Redação Final do Projeto no 108-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado através da Secretaria de Educação e Cultura, a criar na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Estadual de Maringá um curso de Jornalismo.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22.8.73

as. ilegível — Presidente

as. ilegível — Relator

**Redação Final** — do Projeto de Lei n.º 35-73, que proíbe a aquisição de veículos de categoria "LUXO", para o Serviço Público Geral do Estado e dá outras providências. **Aprovado**

Redação Final do Projeto n.º 35-73

**DECRETA:**

Art. 1.º Fica proibida a aquisição de veículos da categoria "luxo" para o serviço público em geral do Estado.

Art. 2.º Os veículos de propriedade das entidades da administração pública indireta, de que o Estado participe com a maioria acionária, ficam abrangidos pela proibição do artigo anterior e deverão identificar-se por meio de inscrições indicativas da entidade a que pertencem.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22.8.73.

as. ilegível — Presidente

as. ilegível — Relator

**Redação Final** — do Projeto de Lei n.º 101-73, que enquadra automaticamente no nível inicial da carreira e cargo relativo ao diploma, independente de vagas ou concursos o Funcionário Público Estadual que, houver realizado com aproveitamento cursos que especifica. — **Aprovado**

Redação Final do Projeto de Lei n.º 101-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1.º O funcionário público estadual, que houver realizado com aproveitamento, curso técnico científico ou de aproveitamento administrativo por iniciativa da administração pública estadual e custeado pelo Estado que esteja desviado para função correlacionada ao curso, por mais de 2 (dois) anos, contados da data da diplomação e que não tenha sido realizado concurso público neste período, será automaticamente enquadrado no nível inicial da carreira e cargo relativo ao diploma independente de vagas ou concurso.

§ — 1.º O Estado ao instituir cursos técnicos, científicos ou de aperfei-



goamento administrativo, obrigatoriamente fará a prévia divulgação de número de vagas existentes nas séries de classes em que o funcionário poderá ser enquadrado em razão da especialização que realizar.

§ — 2.º Os servidores públicos estaduais que tenham sido reprovados em concursos públicos, tudo nos ditames desta Lei, não gozarão do benefício para a série de classe e concurso referente a sua aprovação.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22.8.73.

as. ilegível — Presidente

as. ilegível — Relator

Antonio Lopes Junior

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa. Requerimento de autoria do sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do Expediente solicitando voto de pesar pelo falecimento do sr. Sineval Figueiredo Fortes. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

O SR. IVO TOMAZONI — (Para encaminhar a votação) Sr. Presidente, a Liderança do Governo não poderia deixar de intervir no instante em que V. Exa. apresenta Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, solicitando a inserção na Ata dos trabalhos de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do sr. Sineval Figueiredo Fortes tradicional comerciante de Paranavai.

Ocorre Sr. Presidente, srs. Deputados, o Sr. Sineval Figueiredo Fortes era irmão de nosso estimado colega Wilson Fortes que deve estar, juntamente com seus familiares consternado pelo infausto passamento daquele que, juntamente com seu irmão, detinha a responsabilidade em Paranavai, de um complexo agrícola industrial e comercial. Não fora tão somente o fato do Sr. Sineval Figueiredo Fortes gozar de estima de toda a família do Noroeste do Estado mas por também ser irmão de nosso caro colega. Deputado Wilson Fortes, gostaríamos de nos associar a esta homenagem em nome do Governo do Estado que também lamenta o passamento prematuro ocorrido em desastre automobilístico ontem, próximo à cidade de Goiana.

Gostaríamos, portanto que este Requerimento fosse da autoria de todos os srs. Deputados desta Casa.

Era só, sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. MAURICIO FRUET — (Para encaminhar a votação) Sr. Presidente, em nome do MDB, queremos também render neste instante nossa homenagem ao ilustre desaparecido, fazendo com que a nossa Bancada se associe a esse Requerimento.

O SR. PRESIDENTE — Em votação o Requerimento. — Aprovado. Requerimento de autoria do Sr. Deputado Hélio Manfrinato, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, no sentido de que seja procedida a sinalização da pista de rolamento no trecho compreendido entre os Municípios de Maringá Cianorte e Umuarama, da BR-86. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Hélio Manfrinato, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado no sentido de que seja determinado providências para a construção de um Ginásio de alvenaria, no Distrito de Jesuítas-Município de Formosa do Oeste. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati, constante do Expediente, solicitando seja encaminhada sugestão ao sr. Ministro da Agricultura visando sustar a exportação de carne bovina para que o mercado interno possa ser melhor suprido. — Aprovado.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra, para explicação pessoal, ao Sr. Deputado Iris Caldart.

O SR. IRIS CALDART — (Para explicação pessoal) Sr. Presidente, srs. Deputados.

Em explicação pessoal ocupamos a Tribuna, em nome da direção regional do Movimento Democrático Brasileiro, e em nome da Bancada para ler nesta Casa, uma nota oficial do MDB por sua liderança nacional.

Essa nota oficial foi divulgada ontem e lida pelos seus líderes na Câmara e no Senado.

O MDB emitiu ontem nota oficial lida pelos seus líderes na Câmara e no Senado, acusando o Governo de exercer pressão política em todo o País, procurando tumultuar o processo da sucessão presidencial.

Referindo-se à cassação do Prefeito de Anápolis o Senador Nelson Carneiro lembrou que talvez nenhum Estado tenha sido tão vítima e tenha sofrido mais após 1964, do que Goiás. Mencionou a deposição do ex-Governador Mauro Borges as cassações de numerosos mandatos de parlamentares goianos inclusive os dos srs. Juscelino Kubitschek e Pedro Ludovico.

A nota oficial do MDB, elaborada durante uma reunião à qual compareceram os srs. Ulisses Guimarães Tancredo Neves, Tales Ramalho, Amaral Peixoto, Laerte Vieira, Pacheco Chaves, João Meneses, Aldo Fagundes e Nelson Carneiro é a seguinte:

(Lê): "O Movimento Democrático Brasileiro desde a sua fundação, sem quebra dos seus princípios programáticos em que sintetiza a sua luta pela restauração da democracia em nossa Pátria, tem imprimido a sua atuação linha de elevada serenidade para não servir de pretexto ao recrudescimento do arbitrio e da violência implantados entre nós a partir de 1964. A despeito da conduta do MDB, ditada por um patriotismo lúcido e realista o Governo se mostra a cada dia mais empedernido na prática da prepotência. Os instrumentos discricionários colocados à sua disposição estão sendo operados sem nenhum controle legal ou judicial com insólita, gratuita e estarecedora manifestação de força. Continuam as prisões ilegais as detenções violentas as invasões domiciliares e o desrespeito à integridade física e moral dos cidadãos. A censura dos meios de comunicação assume aspectos que vão do ridículo ao contumelioso atentado à liberdade de pensamento. Os direitos políticos, particularmente aqueles inerentes à vida das nações livres e à dignidade da pessoa humana estão sendo tripudiados e espezinhados levando a inquietação e a insegurança a todas as comunas do país.

Aumenta sem razões convincentes, o número de Municípios incluídos na faixa de segurança nacional. Prefeitos são demitidos e cassados por mero capricio. Tudo indica que há, em certos setores governamentais deliberado propósito de perturbar e tumultuar o processo da sucessão presidencial.

Denunciamos à nação as graves ocorrências que estão se repetindo em

escala impressionante diante das quais lavramos o nosso mais enérgico e veemente protesto.

Ainda ontem, às vésperas das convenções partidárias para a escolha dos candidatos à sucessão presidencial o MDB e a consciência democrática do povo brasileiro foram duramente traumatizados com a suspensão sem defesa dos direitos políticos e cassação do mandato do Prefeito de Anápolis. Dr. José Batista Júnior professor universitário, eleito livremente pelo povo de seu Município em renhido pleito. E como se não bastasse esse atentado o Município de Anápolis foi incluído entre aqueles que são considerados de interesse da segurança nacional para que lhe seja imposto um Prefeito estranho à sua população e aos seus interesses, nomeado pela facção derrotada nas urnas.

Em face de mais esta ofensa à dignidade cívica do nosso povo o MDB manifesta sua candente revolta e lamenta o comprometimento do Brasil perante o mundo civilizado decorrente das reiteradas violações da Declaração Universal dos Direitos do Homem".

Esta nota vem transcrita no "Jornal do Brasil" de quinta-feira, dia 30 de agosto de 1973".

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira dia 3, à Hora Regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.a Discussão — dos Projetos de Lei n.ºs 288.71; 72.73; 133.73; 135.73.

2.a Discussão — dos Projetos de Lei n.ºs 273.67 e 139.73.

1.a Discussão — dos Projetos de Lei n.ºs 280-66, 209.69, 123.70 e 81.73.

Levanta-se a Sessão.

PORTARIAS:

PORTARIA N.º 215-73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 458, de 24 de janeiro de 1973, deste Poder

RESOLVE:

Suspender Alceu Ramos, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, por noventa (90) dias de acordo com o Art. 293 inciso III, da Lei n.º 6.174 de 16 de novembro de 1970, sem prejuízo do disposto nos incisos III e IV do Art. 160.

Gabinete da Diretoria Geral, 23 de agosto de 1973.

a) EROS RUPPEL ABDALA — Diretor Geral.

PORTARIA N.º 216-73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 6.887, de 20 de julho de 1973, deste Poder,

RESOLVE:

designar o funcionário Agostinho Macedo Franco da Costa, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da Liderança da "ARENA", junto ao Gabinete do Deputado Antonio Franco Ferreira da Costa Filho.

Gabinete da Diretoria Geral, em 24 de agosto de 1973.

a) EROS RUPPEL ABDALA — Diretor Geral

ATAS DAS COMISSÕES:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
7.a LEGISLATURA — 3.a SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 10.a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e dois dias do mês de agosto do ano de hum mil novecentos e setenta e três, na Sala de Reunião da Divisão das Comissões, após o término da Sessão Plenária, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Senhor Deputado Antônio Franco Ferreira da Costa Filho, e presentes os Senhores Deputados Nelson Buffara, Quíselo Crisóstomo da Silva, Ivo Tomazoni, Paulo Camargo, Ovídio Franzoni, Erondy Silvério e Wilson Fortes. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, nada havendo para constar da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia: 1) — PROJETO DE LEI N.º 72-73, de autoria do Senhor Deputado Jorge Sato, Denomina Sanatório Noel Nutels, o atual Sanatório de Tuberculosos, da cidade de Londrina. Relator Senhor Deputado Erondy Silvério. Parecer favorável. Aprovado. 2) — PROJETO DE LEI N.º 77-73, de autoria do Senhor Deputado Gabriel Manoel, Denomina Governador Parigot de Souza, o trecho da Rodovia PR-1, que liga Jaguariá a Santo Antônio da Platina. Relator Deputado Erondy Silvério. Parecer favorável. Aprovado. 3) — PROJETO DE LEI N.º 89-73, de autoria do Senhor Deputado Gabriel Manoel, Denomina Ginásio Estadual Carlírio Gomes dos Santos, o atual Ginásio Estadual de Santa Amélia. Relator Deputado Erondy Silvério. Parecer favorável. Aprovado. 4) — PROJETO DE LEI N.º 118-73, de autoria do Senhor Deputado Odilon Reinhardt. Autoriza o Poder Executivo construir, através da Secretaria de Obras Públicas, o prédio para funcionamento da Escola Normal Irene Rickli, sediado no Município de Cascavel. Relator Deputado Quíselo Crisóstomo da Silva. Parecer favorável. Aprovado. 5) — PROJETO DE LEI N.º 122-73, de autoria do Senhor Deputado João C. Fadel. Faculta ao contribuinte do IPE, optar pelo recolhimento de três por cento do total de sua taxa de contribuição, a entidades, companhias e associações de assistência médica. Relator Deputado Quíselo Crisóstomo da Silva. Parecer favorável. Aprovado. 6) — PROJETO DE LEI N.º 123-73, de autoria do Senhor Deputado Francisco Escorsin. Autoriza o Poder Executivo doar à Prefeitura Municipal de Ibioporá, tratores que específica, inservíveis, pertencentes à Secretaria de Agricultura. Relator Deputado Wilson Fortes. Parecer favorável com Substitutivo. Aprovado. 7) — PROJETO DE LEI N.º 125-73, de autoria do Senhor Deputado Antonio Belinati, Denomina São Luiz, o atual Distrito Administrativo de São Francisco de Sales, Município de Clevalândia. Relator Deputado Nelson Buffara. Parecer favorável. Aprovado. 8) — PROJETO DE LEI N.º 128-73, de autoria do Senhor Deputado Lázaro Dumont. Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Londrina — APAE. Relator Deputado Ivo Tomazoni. Parecer favorável. Aprovado. 9) — PROJETO DE LEI N.º 132-73, de autoria do Senhor Deputado Maurício Fruet. Autoriza o Poder Executivo declarar de utilidade pública a AMAR — Assistência ao Menor para Amparo e Recuperação, com sede e foro nesta Capital. Relator Deputado Nelson Buffara. Parecer favorável. Aprovado. 10) — PROJETO DE LEI N.º 137-73, de autoria do Senhor Deputado Jorge Sato. Autoriza o Poder Executivo declarar de utilidade pública o Centro Paranaense de Tradições General Carneiro, com sede e foro nesta Capital. Relator Deputado Wilson Fortes. Parecer



favorável. Aprovado. 11) — PROJETO DE LEI N.º 138-73, de autoria do Senhor Deputado Quielise Crisóstomo da Silva. Autoriza o Poder Executivo declarar de utilidade pública a Sociedade Filantrópica do Hospital Santo Antônio, com sede e foro na cidade de Bocaiuva do Sul. Relator: Wilson Fortes. Parecer favorável. Aprovado. 12) — PROJETO DE LEI N.º 139-73, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 55-73, encaminhando anteprojeto que acrescenta ao artigo 9.º, da Lei n.º 5.948, de 27.5.69, parágrafo com redação que especifica. Relator Deputado Ivo Tomazoni. Parecer favorável. Aprovado. 13) — PROJETO DE LEI N.º 141-73, de autoria do Senhor Deputado Wilson Fortes. Cria a Inspeção de Ensino de Cidade Gaúcha, com jurisdição que especifica. Relator Deputado Paulo Camargo. Requer seja convertido em diligência junto à Secretaria de Educação e Cultura, a fim de que se pronuncie a respeito. Deferido. 14) — PROJETO DE LEI N.º 142-73, de autoria do Senhor Deputado Wilson Fortes. Cria a Inspeção Regional de Ensino de Rondon, com jurisdição que especifica. Relator Deputado Quielise Crisóstomo da Silva. Parecer favorável. Aprovado. 15) — PROJETO DE LEI N.º 143-73, de autoria do Senhor Deputado Igo Iwant Losso. Declara de utilidade pública a Associação Evangélica Educacional e Beneficente, com sede na cidade de Cianorte. Relator Deputado Quielise Crisóstomo da Silva. Parecer favorável. Aprovado. 16) — PROJETO DE LEI N.º 146-73, de autoria do Senhor Deputado Antônio Belinati. Autoriza o Poder Executivo arcar com todas as despesas provenientes de tratamento médico-hospitalar, do Engenheiro Pedro Viçariato Parigot de Souza, Governador do Estado, e dá outras providências. Relator Deputado Paulo Camargo. Requerido pedido de vista pelo Senhor Deputado Nelson Buffara. Deferido. 17) — PROJETO DE LEI N.º 147-73, de autoria do Senhor Deputado Paulo Polli. Concede título de cidadão benemérito do Paraná, ao Professor Oscar Martins Gomes. Relator Deputado Ivo Tomazoni. Parecer favorável. Aprovado. 18) — PROJETO DE LEI N.º 148-73, de autoria do Senhor Deputado Borsari Netto. Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais da cidade de Uraí. Relator Deputado Paulo Camargo. Parecer favorável. Aprovado. 19) — PROJETO DE LEI N.º 149-73, de autoria do Senhor Deputado Ivo Tomazoni. Declara de utilidade pública a Feira Municipal de Ciências, instituída pelo Colégio Estadual do Paraná. Relator Deputado Ovídio Franzoni. Parecer favorável. Aprovado. 20) — PROJETO DE LEI N.º 152-73, de autoria do Senhor Deputado Maurício Sruet. Transfere ao DER, a estrada que liga Marechal Mallet a Balsa de Paulo Pereira via Serraria Gugelmin, Passo do Meio e Fazenda Palmital. Relator Deputado Sebastião Rodrigues Júnior. Parecer favorável com Substitutivo Geral. Aprovado. 21) — PROJETO DE LEI N.º 153-73, de autoria do Senhor Deputado Luiz Roberto Soares. Autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Palmas, área de terreno que especifica. Relator Deputado Paulo Camargo. Parecer favorável. Aprovado. 22) — PROJETO DE LEI N.º 158-73, de autoria do Senhor Deputado Luiz Roberto Soares. Dá nova redação à alínea a, item 1, do artigo 54, da Lei n.º 6.364, de 20.12.72. Relator Deputado Quielise Crisóstomo da Silva. Deferido pedido de vista ao Senhor Deputado Erondy Silvério. 23) — PROJETO DE LEI N.º 160-73, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 65-73, encaminhando anteprojeto de lei que abre crédito especial de Cr\$ 820.000,00, à Secretaria de Saúde Pública, para atender despesas com o Fundo Especial de Reequipamento Médico Sanitário — Funresan. Relator Deputado Quielise Crisóstomo da Silva. Parecer favorável. Aprovado. 24) — PROJETO DE LEI N.º 7-72 de autoria do Senhor Deputado Nivaldo Kruger. Dispõe sobre subvenções às Associações Agropecuárias e cria o Fundo de Estímulo à Produtividade. Relator Deputado Paulo Camargo. Requer seja convertido em diligência junto à Secretaria de Agricultura. Deferido. 25) — PROPOSIÇÃO N.º 163-73, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 56-73, encaminhando cópias dos convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública, com os Municípios que especifica, objetivan-

do fornecer equipamentos às Delegacias de Polícia locais. Relator Deputado Erondy Silvério. Parecer favorável com o respectivo Projeto de Resolução. Aprovado. 26) — PROPOSIÇÃO N.º 174-73, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 54-73, encaminhando cópia do termo aditivo celebrado entre o Governo do Estado, o Município de Capanema e a Associação do Instituto Vocacional Assistencial Santa Cruz, objetivando construção de prédio destinado à instalação de estabelecimento de ensino de 1.º e 2.º graus, naquele Município. Relator Deputado Sebastião Rodrigues Júnior. Parecer favorável com o respectivo Projeto de Resolução. Aprovado. 27) — PROPOSIÇÃO N.º 195-73, de autoria do Poder Executivo. Mensagem N.º 60-73, encaminhando cópia do termo aditivo de convênio celebrado entre a Secretaria de Saúde Pública e a Clínica de Nervosos de Londrina, objetivando internamento de doentes mentais. Relator Deputado Nelson Buffara. Parecer favorável com o respectivo Projeto de Resolução. Aprovado. 28) — PROPOSIÇÃO N.º 197-73, de autoria do Poder Executivo. Mensagem encaminhando cópias dos convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública, com os Municípios que especifica, objetivando fornecer equipamentos às Delegacias de Polícia locais. Relator Deputado Wilson Fortes. Parecer favorável com Projeto de Resolução. Aprovado. 29) — PROPOSIÇÃO N.º 198-73, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 58-73, encaminhando cópia de Acordo celebrado entre o Governo do Estado e a Sudesul, objetivando a dinamização do Fundo de Água e Esgotos do Paraná. Relator Deputado Antônio Lopes Júnior. Parecer favorável com Projeto de Resolução. Aprovado. 30) — PROPOSIÇÃO N.º 199-73, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 59-73, encaminhando cópia dos convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública, com os Municípios que especifica, objetivando fornecer equipamentos às Delegacias de Polícia locais. Relator Deputado Ivo Tomazoni. Parecer favorável com Projeto de Resolução. Aprovado. 31) — PROPOSIÇÃO N.º 201-73, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 62-73, encaminhando cópia do termo aditivo ao convênio celebrado entre a Secretaria de Saúde Pública e o Sanatório Shangri-lá S.A., de Londrina, objetivando internamento de doentes mentais. Relator Deputado Sebastião Rodrigues Jr. Parecer favorável com Projeto de Resolução. Aprovado. 32) — PROPOSIÇÃO N.º 203-73, Mensagem n.º 68-73, encaminhando cópia do convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Educação e Cultura, com o Premeu e a Universidade Federal do Paraná, para a execução de um Curso Para Professores Leigos de Ciências. Relator Deputado Ovídio Franzoni. Parecer favorável com Projeto de Resolução. Aprovado. Foram apresentados, votados e aprovados os relatórios apostos às PROPOSIÇÕES N.ºs. 153-73 — 161-73 — 167-73 — 168-73 — 169-73 — 170-73 — 178-73 — 179-73 — 180-73 — 181-73 — 182-73 — 183-73 — 184-73 — 185-73 — 186-73 — 187-73 — 188-73 — 190-73 e 191-73, todos concluindo que os VETOS estão em condições de serem apreciados pelo Plenário. O Senhor Presidente solicita ao Senhor Relator Deputado Wilson Fortes parecer ao Projeto de Lei n.º 157-73, que trata da majoração de vencimentos do funcionalismo em geral, a ele distribuído. O Senhor Deputado Wilson Fortes esclarece que o referido Projeto se encontra em estudos, e solicita seja convocada reunião extraordinária para amanhã, a fim de que o mesmo possa ser apreciado. Deferido requerimento. O Senhor Deputado Wilson Fortes solicita, ainda, providências no sentido de que o Projeto de Resolução n.º 33-73, seja restaurado. Deferido. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais, para constar e produzir os efeitos legais lavrei ap resente Ata, que após lida e aprovada por todos os membros desta Comissão, será assinada pelo Senhor Presidente, Deputado Antônio Franco Ferreira da Costa Filho, e por mim, Rita Celestino Soares, Secretária desta Comissão.

aa) Dep. Antônio Franco Ferreira da Costa Filho — Presidente  
Rita Celestino Soares — Secretária